

**POLÍTICAS DE FOMENTO À
INTERNACIONALIZAÇÃO DA
CULTURA EM PORTUGAL**

—
**POLICIES TO PROMOTE THE
INTERNATIONALIZATION OF
CULTURE IN PORTUGAL**

Cristiane Marques de Oliveira

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX

RESUMO

O estudo apresenta as políticas de fomento à internacionalização da Cultura empreendidas por Portugal, destacando o contexto do seu surgimento e o panorama atual (2013 a 2018), com foco nas principais instituições envolvidas nesse processo: Direção Geral das Artes, Instituto Camões e Fundação Calouste Gulbenkian. Verifica os recursos que essas instituições dispõem e os programas e projetos que realizam, e traça uma análise comparativa entre elas. Nas considerações finais são apresentadas reflexões acerca do posicionamento de Portugal no mercado cultura global e o avanço na agenda da internacionalização da cultura no país, com base na ideia da Cultura como fator para se alcançar o Desenvolvimento.

Palavras-chave: Política Cultural; Economia da Cultura; Internacionalização; Diplomacia; Desenvolvimento.

ABSTRACT

The study presents policies to promote the internationalization of the culture undertaken by Portugal, highlighting the context of its emergence and the current panorama (2013 to 2018), focusing on the main institutions involved in the process: Direção Geral das Artes, Camões Institute and Calouste Gulbenkian Foundation. Check the resources that these institutions have, also programs and projects they carry out and draw a comparative analysis between them. In the final considerations, we present a reflection about the position of Portugal in the global cultural market and the progress in the agenda of internationalization of culture in the country, based on the idea of Culture as a factor for achieve development.

Keywords: Cultural Policy; Cultural Economy; Internationalization; Diplomacy; Development.

INTRODUÇÃO

O texto apresenta as políticas de fomento à internacionalização da Cultura empreendidas por Portugal, no contexto do seu surgimento e o panorama atual (2013 a 2018). O foco são projetos e programas desenvolvidos pela Direção Geral das Artes; Instituto Camões e a Fundação Calouste Gulbenkian. Na primeira parte expõe-se a importância da Cultura como fator para o Desenvolvimento, evidenciando aspetos do mercado cultural global e o posicionamento de Portugal no ranking mundial no comércio internacional de bens e serviços culturais. Na segunda parte, realiza-se a análise sobre os programas e projetos realizados pelas instituições mencionadas, com base na sua abrangência e dimensão dos recursos. Nas considerações finais, apresentam-se, perspectivas sobre os avanços na agenda para internacionalização da cultura no país.

1. CULTURA E DESENVOLVIMENTO

A Cultura do ponto de vista antropológico trata dos “hábitos, costumes e realizações de um indivíduo, uma comunidade, um povo ao longo de sua história” (Ribeiro, 2011, p. 29). Com a transformação das sociedades por meio do capitalismo global, emerge também como alternativa de enriquecimento nacional à medida que cria empregos, gera renda e estimula a criatividade (ONU, 2015). O mercado cultural global de bens e serviços culturais apresentou crescimento de 8,6% anuais de 2003 a 2012, e totalizou \$547 bilhões, apesar da desaceleração da economia mundial (UNESCO, 2015). Ele é constituído pela cadeia produtiva da economia criativa que “compreende setores e processos que têm como insumo a criatividade, em especial a cultura, para gerar localmente e distribuir globalmente bens e serviços com valor simbólico e econômico” (Reis, 2008, p. 23). Dados recentes demonstram que dos vinte maiores exportadores de bens criativos no mundo, oito são países desenvolvidos, sendo o maior exportador a Europa (UNCTAD, 2015).

Em 2016, o valor das exportações de bens culturais em Portugal foram de 39,5 € milhões, apresentando um decréscimo de 30,5%, face ao registado no ano anterior (INE, 2017). O valor das importações atingiu 156 € milhões, o que representou 4,3% a mais do que em 2015, e resultou em um “déficit de 25,7%, situados em 116,4 € milhões” (INE, 2017: 4). O país ocupava a 16.^a posição na União Europeia, e a 27.^a posição no ranking global em 2013. Os países que apresentam maior fluxo de comércio desses bens e serviços com Portugal são os africanos (GEPAC, 2013).

2. POLÍTICAS CULTURAIS E DE FOMENTO À INTERNACIONALIZAÇÃO EM PORTUGAL

No período que compreende o Estado Novo (1926-1974) a principal característica da política cultural era: “o forte intervencionismo do Estado, no sentido de utilizar a cultura para a glorificação do nacionalismo imperialista” (Lima; Rubim, 2008, p. 292). No que consiste à internacionalização, o modelo adotado direciona-se ao Atlântico com objetivo de exercer prestígio nas terras coloniais ultramarinas (Lima; Rubim, 2008).

No período pós 1974, o I Governo Constitucional¹ autonomizou a Secretaria de Estado da Cultura conectada ao Primeiro Ministro, aboliu a censura e os principais objetivos foram democratizar a Cultura e organizar a sua administração. No âmbito da internacionalização o foco de atuação eram os territórios terceiro-mundista e africano (Lima; Rubim, 2008).

Há uma breve aparição do Ministério da Cultura entre 1983-1985. No entanto, o seu estabelecimento ocorrerá apenas em 1995, com o 13º Governo Constitucional (Lima; Rubim, 2008). Esse feito confere autonomia às políticas culturais do setor, as quais desenvolvem-se com base em cinco aspetos estratégicos: 1) livro e leitura; 2) património; 3) trabalho criativo nas artes; 4) descentralização; e 5) internacionalização (Santos, 2011).

Foi neste período que foram criados os centros culturais portugueses, cujo foco era a difusão da língua e cultura portuguesas internacionalmente. Com a inserção de Portugal na Comunidade Europeia, a partir de 1986, as ações voltam-se prioritariamente para a Europa (Lima; Rubim, 2008).

Em 2006, com a implementação do PRACE, o Ministério da Cultura passou por um processo de reorganização. Iniciou-se a implementa-

¹ Governo de 1976-1978. Primeiro Ministro Mário Soares (PARLAMENTO PT, 2018).

ção de cooperações institucionais na busca por articular os setores público, privado e terceiro setor (Lima; Rubim, 2008). Em relação às ações para internacionalização, convoca-se maior articulação entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Ministério da Cultura e o Instituto Camões que passam também a ter tutela sobre a Ação Cultural Externa (idem)².

Em 2011, há redução da estrutura administrativa do MC que passa novamente a ser uma Secretaria de Estado (WORLD CP, 2011). Porém, em 2015, o Ministério é restaurado pelo XX Governo Constitucional com a designação: Ministério da Cultura, Igualdade e Cidadania.

A Cultura em Portugal detém 0,8% do orçamento do Estado, sendo a sua verba subdividida parte para Cultura, de facto, e outra direcionada à Comunicação Social. Este percentual é considerado baixo por se encontrar abaixo da média de 1% em relação aos demais países da União Europeia (ECO, 2018).

As instituições vinculadas ao Ministério da Cultura que desempenham ações de fomento à internacionalização são a Direção Geral das Artes e o Instituto Camões. No entanto, devido à relevância das ações que realiza, a Fundação Calouste Gulbenkian (FCG) é também foco deste estudo.

3. INSTITUIÇÕES E AÇÕES DE FOMENTO À INTERNACIONALIZAÇÃO DA CULTURA EM PORTUGAL

3.1. Direção Geral das Artes

A DGArtes é o serviço central da administração direta do Estado que coordena e executa as políticas de apoio às artes (DGArtes, 2018). Dentre as ações de internacionalização que operacionaliza destacam-se a itinerância de exposições de artes visuais, a circulação de artistas e obras de artes cénicas, música, cinema e atividades

² Decreto Lei 215/2006 de 27 de outubro. Diário da República n.º 208/2006, Série I. Ministério da Cultura, Portugal.

interdisciplinares. O principal mecanismo de apoio à internacionalização é o “Programa de apoio a projetos - internacionalização” que conta com convocatórias anuais³. Na tabela abaixo demonstra-se os orçamentos globais anuais da instituição, os respetivos montantes e percentuais destinados ao Programa de Apoio à Internacionalização, bem como o número de projetos realizados neste âmbito:

Tabela 1: DGArtes – **Orçamento** geral, Programa de Apoio à internacionalização e número de projetos realizados 2013-2018

Ano	Orçamento	Internacionalização	Projetos	%
2013	17.965.202,00 €	589.990,00 € Mil	47	3,3%
2014	16.999.971,00 €	408.455,43 € Mil	31	2,4%
2015	17.811.344,00 €	375.500,00 € Mil	29	2,2%
2016	17.041.871,00 €	410.500,00 € Mil	30	2,4%
2017	17.767.014,00 €	161.759,00 € Mil	2	0,91%
2018	17,6 €	214.690,40 € Mil	21	1,2%

Elaboração própria, 2018.

É possível observar que 2013 foi o ano em que mais se investiu na internacionalização, cujo orçamento correspondente foi de 589.990 € mil, o que representou um percentual de 3,3% do orçamento global. Em 2017, têm-se o mais baixo orçamento com 161.759,00 € mil. É importante ressaltar que na previsão orçamentária do ano de 2018, os recursos destinados ao programa eram de 500 € mil (DGArtes, 2018), o que correspondia a 2,84% do orçamento global. Apesar disso, os valores executados foram de 214.690,40 € mil, portanto, caindo o seu percentual para 1,21%⁴. Além disso,

³ Exceto em 2017, que não foi realizada a convocatória do programa de apoio à internacionalização. Foram executadas apenas as parcerias com o Théâtre de la Ville (FR) e a 16ª Bienal de Veneza.

⁴ Seleção dos projetos contemplados em 2018: <https://www.dgartes.gov.pt/pt/noticia/1592>.

verifica-se também que há um decréscimo no número de atividades realizadas no período representado, com uma redução de 55,31% entre o ano de 2013 e 2018.

Atualmente o Programa de Apoio Sustentado da DGArtes é alvo de críticas devido a insuficiência dos recursos e sua excessiva concentração nas regiões metropolitanas do Porto e de Lisboa. Há também pressão dos agentes culturais em relação ao regime laboral de precariedade.

3.2. Fundação Calouste Gulbenkian

A Fundação Calouste Gulbenkian conta com mais de 60 anos de existência, e é um importante agente para a internacionalização da cultura portuguesa. A instituição desempenha ações a partir de três dimensões: “a presença de produções e de artistas nacionais no estrangeiro, a presença de produções e de artistas de outros países em Portugal e colaborações de uns e outros em projetos comuns” (Lima; Rubim, 2008, p. 301).

O plano de atuação da FCG 2018-2022, apresenta como foco os eixos: Arte e Cultura; Ciência e Conhecimento; e Desenvolvimento Social e Sustentabilidade (FCG, 2018). Destes o primeiro e o terceiro eixos realizam ações de internacionalização, respetivamente: “Bolsas Gulbenkian” e o “Programa Gulbenkian de Língua e Cultura Portuguesas” (PGLCP) (FCG, 2018). Segue na tabela 2, o número de atividades realizadas por meio dos dois programas⁵ nos últimos cinco anos:

⁵ Com relação às Bolsas Gulbenkian, considera-se para esse estudo apenas as ações para qualificação e aperfeiçoamento artísticos.

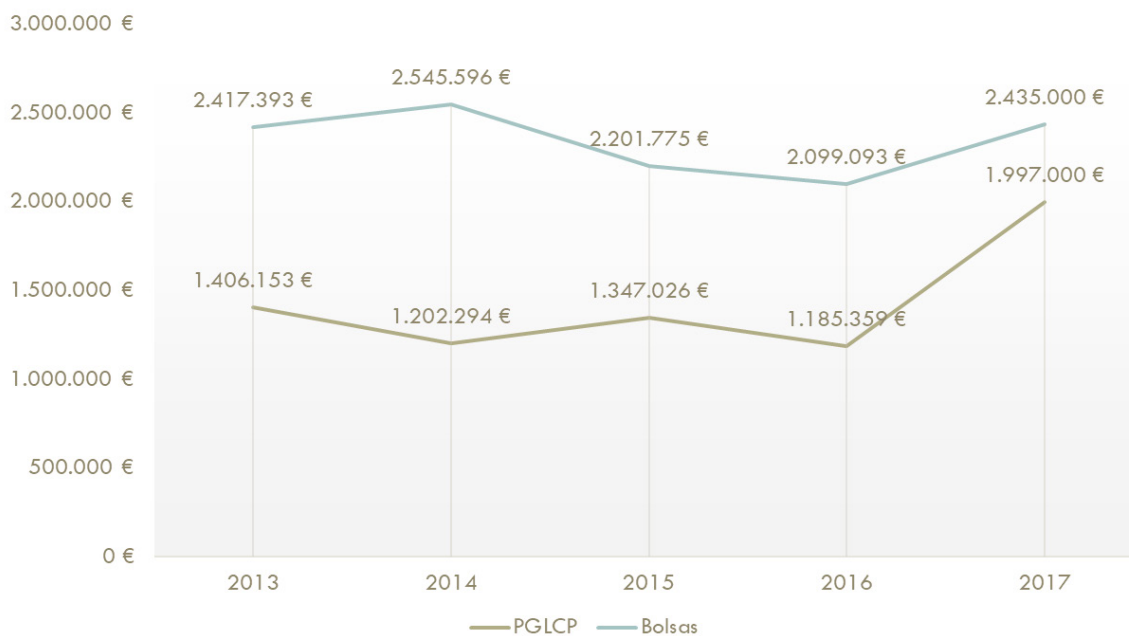
Tabela 2: Bolsas Gulbenkian e Ações PGLCP 2013-2017

Ano	Bolsas	PGLCP
2013	285	72
2014	103	95
2015	90	84
2016	96	76
2017	128	34

Elaboração própria, 2018.

De acordo com o relatório de 2017, a dotação orçamentária geral foi de 95.9 € milhões, dos quais 24.457 € milhões foram destinados às artes, em que 2.435 € milhões para as Bolsas Gulbenkian e 1.997 € milhão para o PGLCP (FCG, 2017, p. 188). No gráfico abaixo é possível observar a progressão orçamentária de ambos os programas nos últimos cinco anos:

Gráfico 1: Progressão orçamentária PGLCP e Bolsas Gulbenkian 2013-2017



Elaboração própria, 2018.

A partir do gráfico 1, verifica-se que em 2014, os recursos das Bolsas Gulbenkian apresentaram ápice em todo o período destacado, sendo o orçamento mais baixo em 2016. O PGLCP apresenta grande aumento de investimentos em 2017, quase igualando seus recursos ao programa de bolsas. O ano com menores recursos foi também 2016.

3.3. Instituto Camões

O Instituto Camões é uma entidade pública, integrada na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa, financeira e património próprio, e tem a cotutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) e do Ministério da Cultura. Ele é responsável pelo desenvolvimento e execução das políticas de cooperação portuguesa no âmbito educacional, cultural - especialmente a difusão da língua -, e promoção da internacionalização da cultura nacional (ICa, 2018).

As bases de fundação remontam à Junta de Educação Nacional em 1929. Entre 1930-75 a promoção cultural Portuguesa era feita pelo Instituto de Alta Cultura. A partir de 1976, o instituto foi substituído pelo ICAP (Instituto de Cultura Portuguesa). Em 1980, ele foi devolvido ao seu órgão de origem e teve a sua estrutura reformulada, passando a chamar-se Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (ICALP). Na terceira fase, entre 1980 e 1992, o ICALP mudou de ênfase “pela vontade mais pragmática de fazer propaganda internacional e foi substituído pelo Instituto Camões” (Guimarães, 2008, p. 3).

Os fatores que motivam a sua existência são: a) preocupação com a possibilidade da língua espanhola ascender como única representante da matriz cultural ibérica; b) crescimento do inglês como língua franca; e c) busca pela liderança de Portugal na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Guimarães, 2008). O ICa está presente em mais de oitenta países, majoritariamente na Europa e depois África, em

sua maioria países da Comunidades dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)⁶.

Em 2017, o montante de 55,9 € milhões do orçamento geral teve a seguinte destinação: 47% (26,4 € milhões) para financiar o ensino português no estrangeiro; 32% (18 € milhões) para os projetos de cooperação portuguesa; 12% (6,4 € milhões) para atividades administrativas; e 1% para medidas de modernização e inovação dos serviços (ICa, 2017: 15). As atividades que compreendem a difusão cultural internacional tratam da “Ação Cultural Externa”⁷, à qual teve aporte de 4,5 € milhões, o que representou 8% desse orçamento. Segue abaixo o número de atividades⁸ realizadas no período entre 2013-2017:

Tabela 3: ICa - Atividades de Ação Cultural Externa 2013-2017

Ano	Atividades	Orçamento	%
2013	875	5.283.752,58 €	10%
2014	1071	5.345.806,92 €	11%
2015	1198	4.500.000,00 €	9%
2016	1321	4.675.048,00 €	9%
2017	1198	4.500.000,00 €	8%

Fonte: ICa, 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017 (adaptado).

As informações discriminadas na tabela 3, demonstram que o ano de 2014, apresenta maior percentual de investimento destinado às Ações Culturais Externas em relação ao orçamento geral da instituição, se comparado aos outros anos. Verifica-se também que entre 2014 e

⁶ África do Sul, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, e São Tomé e Príncipe.

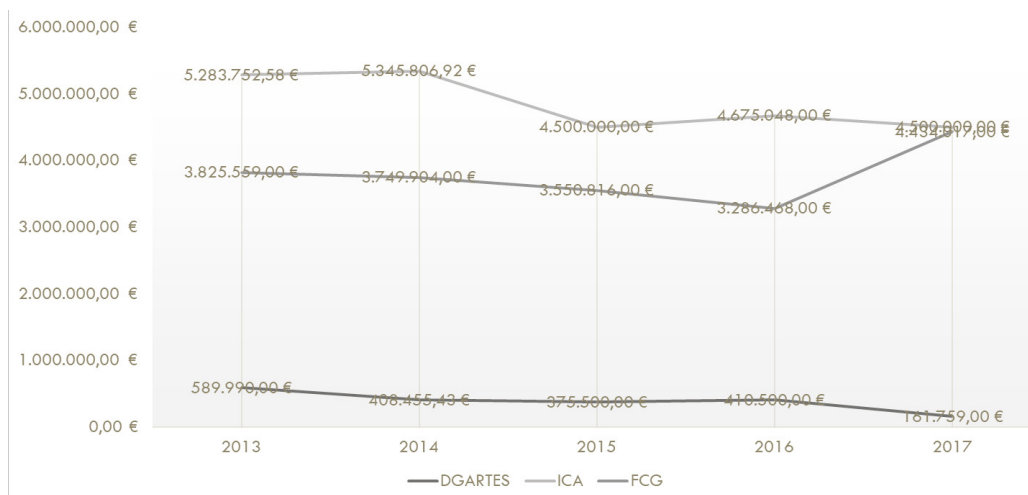
⁷ Nos relatórios de 2013, 2014, 2015 e 2016 é utilizada também a nomenclatura “Presença Portuguesa no Exterior”.

⁸ Para este estudo não são consideradas as ações de “Ensino da Língua Portuguesa” e “Cooperação Internacional”.

2017, ocorreu uma queda de 3% nos recursos destinados a essas atividades. Em 2016, foi realizado o maior número de ações, apesar de não representar o maior volume de recursos.

A partir do exposto, é possível observar que as instituições apresentam perfis bastante distintos no modo de atuação, projetos e programas que desenvolvem e com relação aos recursos destinados às ações de internacionalização da cultura portuguesa. Em um exercício comparativo, apresenta-se a seguir uma análise sobre esses perfis, a começar pelos recursos. Segue abaixo, no gráfico 2, o demonstrativo de investimentos das respectivas instituições nas ações de internacionalização no período 2013-2017:

Gráfico 2: Orçamento ações de internacionalização da DGArtes, FCG e ICA 2013-2017



Elaboração própria, 2018.

Verifica-se no gráfico 2, que o ICA é a instituição que apresenta orçamento crescente destinado ao fomento da internacionalização, bem como em relação ao número de atividades realizadas (tabela 3). A FCG apresenta também orçamento crescente, especialmente em 2017. Por sua vez a DGArtes apresenta constante queda, tanto no número de ações realizadas (tabela 1), quanto em relação ao orçamento.

Em termos de perfil institucional, pode-se afirmar que o ICA determina as diretrizes e estratégias de ação das políticas de internacionalização da cultura portuguesa, portanto é o representante *per si* da Diplomacia Cultural no país. Verifica-se ainda que, por meio do ensino da Língua Portuguesa, é possível à instituição obter recursos advindos dos países recetores, bem como por meio do agenciamento de artistas portugueses, o que é um diferencial entre as demais instituições.

A FCG atua, tanto por meio de editais específicos que visam atender às demandas espontâneas de artistas e produtores, quanto desenvolve projetos de acordo com as diretrizes e eixos estratégicos estabelecidos pela própria instituição. Ademais, demonstra grande capacidade para articular ações de cooperação e captação de recursos com diferentes instituições estrangeiras.

A DGArtes mostra-se frágil com relação à execução de políticas para a internacionalização da cultura portuguesa, pois sofre constante interrupção no fluxo de recursos, o que gera descontinuidade dos programas. Logo, observa-se que essas políticas estão relegadas a um segundo plano, de forma que a instituição apresenta uma vocação prioritariamente voltada ao fomento de ações no âmbito doméstico. Além disso, observa-se que atua no sentido de responder às demandas de projetos espontâneos de artistas e produtores, portanto, não articulando estratégias específicas para a internacionalização, à exceção dos editais destinados à participação de artistas portugueses na Bienal de Veneza (2017), a parceria realizada com o Théâtre de la Ville (2017) e os workshops temáticos de internacionalização realizados pontualmente em 2013.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de 1995, têm-se uma virada na política cultural externa portuguesa: 1) devido à criação do Ministério da Cultura; 2) a partir da vinculação do ICa ao MNE que assume o papel de representante por excelência da Diplomacia Cultural. Com isso, a instituição passa a atuar de maneira mais pragmática ao incorporar estratégias que consideram a cultura como meio para se alcançar o Desenvolvimento.

Um fator relevante para este posicionamento foi a integração de Portugal ao espaço europeu, cujas políticas transnacionais acabaram por impactar as políticas culturais domésticas. Mais à frente, em 2012, publica-se a Portaria nº 58/2012 que regulamenta o Apoio Internacional às Artes (programa da DGArtes), mesmo ano em que se inicia o Programa das Bolsas Gulbenkian, o que fortalece o desenvolvimento de políticas específicas com essa finalidade.

Finalmente, verifica-se que as instituições atuam e detêm agendas distintas para a execução de políticas para a internacionalização da cultura portuguesa, de modo que não é explícita qualquer articulação entre elas, a não ser pela apropriação do discurso sobre a cultura como um fator para se alcançar o desenvolvimento, diretiva presente no Programa Portugal 2020, a partir do eixo temático competitividade e internacionalização.

BIBLIOGRAFIA

- Conferência das Nações Unidas Sobre Comércio e o Desenvolvimento. (2015). Creative Economy Outlook and Country Profiles: Trends in International Trade in Creative Industries 2015. Acedido a 20 de maio de 2018. Disponível em http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/webditcted2016d5_en.pdf.
- Decreto Lei 215/2006 de 27 de outubro. Diário da República n.º 208/2006, Série I. Ministério da Cultura, Portugal.
- Direção Geral das Artes. (2018). Declaração Anual - Apoios Financeiros a atribuir em 2018. Acedido a 01 de julho de 2018. Disponível em <https://www.dgartes.gov.pt/pt/node/909>.

- Direção Geral das Artes. (2013). Lista de apoios atribuídos 2013. Acedido a 01 de julho de 2018. Disponível em https://www.dgartes.gov.pt/sites/default/files/apoios/2013_apoios_por_modalidade.pdf.
- Direção Geral das Artes. (2014). Lista de apoios atribuídos 2014. Acedido a 01 de julho de 2018. Disponível em https://www.dgartes.gov.pt/sites/default/files/apoios/2014_apoios_por_modalidade.pdf.
- Direção Geral das Artes. (2015). Lista de apoios atribuídos 2015. Acedido a 01 de julho de 2018. Disponível em https://www.dgartes.gov.pt/sites/default/files/apoios/apoios2015_modalidade.pdf.
- Direção Geral das Artes. (2016). Lista de apoios atribuídos 2016. Acedido a 01 de julho de 2018. Disponível em https://www.dgartes.gov.pt/sites/default/files/apoios/2016_apoios_por_modalidade.pdf.
- Direção Geral das Artes. (2017). Lista de apoios atribuídos 2017. Acedido a 01 de julho de 2018. Disponível em https://www.dgartes.gov.pt/sites/default/files/apoios/lista_apoios2017.pdf.
- Direção Geral das Artes. (2014). Relatório Workshops Internacionais. Acedido a 05 de maio de 2018. Disponível em https://www.dgartes.gov.pt/sites/default/files/files/workshops_relatorio_2013.pdf.
- Direção Geral das Artes. 6.a Reunião da Comissão de apreciação do apoio à internacionalização das artes 2014 (2014). Acedido em 01 de julho de 2018. Disponível em <https://www.dgartes.gov.pt/sites/default/files/files/decisaofinal2014int.pdf>.
- Economia Online (2018). Portugal está na cauda da Europa nas despesas com a Cultura. Acedido a 01 de julho de 2018. Disponível em <https://eco.pt/2018/04/03/portugal-esta-na-cauda-da-europa-nas-despesas-em-cultura/>.
- Fundação Calouste Gulbenkian. Relatório e Contas 2013 (2014). Acedido a 23 de outubro de 2018. Disponível em <https://content.gulbenkian.pt/wpcontent/uploads/2015/07/29204959/Relatorio-e-Contas-2013.pdf>.
- Fundação Calouste Gulbenkian. (2016). Relatório e Contas 2015. Acedido a 04 de julho de 2018. Disponível em <https://content.gulbenkian.pt/wpcontent/uploads/2016/02/29202858/RelatorioPT2015.pdf>.
- Fundação Calouste Gulbenkian. (2017). Relatório e Contas 2016. Acedido a 05 de maio de 2018. Disponível em https://s3-eucentral1.amazonaws.com/content.gulbenkian.pt/wpcontent/uploads/2015/07/29150712/RC2016_FCGweb.pdf.
- Fundação Calouste Gulbenkian. (2018). Relatório e Contas 2017. Acedido a 05 de maio de 2018. Disponível em https://content.gulbenkian.pt/wpcontent/uploads/2018/05/29181039/Gulbenkian_Relatorio_e_Contas_2017.pdf.
- Guimarães, F. J. (2008). O Instituto Camões e a Política Externa Cultural Portuguesa. In: XIII Encontro de História Anpub-Rio. Identidades. Rio de Janeiro. Acedido a 07 de julho de 2018. Disponível em http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212953040_ARQUIVO_trab02.pdf
- Instituto Camões. Relatório de Atividades 2014 (2015). Acedido a 05 de abril de 2018, em http://www.institutocamoes.pt/images/docs_gestao/relatorio_atividades_2014.pdf.

- Instituto Camões. Relatório de Atividades 2015 (2016). Acedido a 05 de abril de 2018. Disponível em http://www.instituto-camoes.pt/images/docs_gestao/relat_ativ2015.pdf.
- Instituto Camões. (2017). Relatório de Atividades 2016. Acedido a 05 de abril de 2018. Disponível em http://www.instituto-camoes.pt/images/sobre_nos/relat_ativ2016.pdf.
- International Database of Cultural Policies (WORLD CP) (2018). Acedido a 05 de abril de 2018. Disponível em <http://www.worldcp.org/>.
- Instituto Nacional de Estatísticas de Portugal (2016). Estatísticas da Cultura 2016. Acedido a 10 de junho de 2018. Disponível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=277093009&PUBLICACOESmodo=2.
- Lima, M. L. Políticas Culturais em Portugal (2008). In: Políticas Culturais na Ibero-américa. Coleção Cult. Salvador: EDUFBA.
- Parlamento. Programa Orçamental da Cultura / 2018 (2018). Acedido a 01 de julho de 2018. Disponível em <https://www.parlamento.pt/Documents/OE2018/NotaExplicativaMC2018.pdf>.
- Portaria nº 58/2012 de 13 de março. Diário da República n.º 52/2012 - Série I. Ministério da Cultura. Acedido em 22 de fevereiro de 2019. Disponível em <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/553444/details/maximized>.
- Reis, A. F. (2008). Economia Criativa como Estratégia de Desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento. São Paulo: Itaú Cultural. Acedido a 25 de fevereiro de 2016. Disponível em <http://www.itaucultural.org.br/economia-criativa-como-estrategia-de-desenvolvimento-uma-visao-dos-paises-em-desenvolvimento>.
- Ribeiro, E. T. (2011). Diplomacia Cultural e o seu papel na Política Externa Brasileira. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão. Acedido a 20 de fevereiro de 2016. Disponível em http://funag.gov.br/loja/download/824-Diplomacia_Cultural_-_Seu_papel_na_Politica_Externa_Brasileira_2011.pdf.
- Observador PT (2018). Artistas em peso protestaram em Lisboa e pedem demissão da tutela. Acedido a 05 de maio de 2018. Disponível em <https://observador.pt/2018/04/06/artistas-em-peso-protestaram-em-lisboa-e-pedem-demissao-da-tutela/>.
- Organização das Nações Unidas (2014). ONU Ressalta que a Cultura é vital na agenda global de desenvolvimento pós-2015. Acedido a 08 de junho de 2018. Disponível em <https://nacoesunidas.org/onu-ressalta-que-a-cultura-e-vital-na-agenda-global-de-desenvolvimento-pos-2015/>.
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (2017). Reshaping Cultural Policies. Advancing creativity for development. Acedido a 20 de maio de 2018. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0026/002605/260592e.pdf>.
- Programa Portugal 2020 (2014). Compete 2020: competitividade e internacionalização. Acedido a 17 de julho de 2018. Disponível em <https://www.portugal2020.pt/Portal2020/programas-operacionais-portugal-2020-2>.